

Constituinte se defronta com duas concepções de sociedade

BRASÍLIA — O plenário da Constituinte apresentará, nos debates e votações do projeto de Constituição, a partir de quarta-feira, um confronto entre o conjunto de emendas do Centrão e o projeto da Comissão de Sistematização. Com exceção do sistema de governo, do mandato do Presidente José Sarney e de alguns artigos que foram conciliados pela Relatoria, haverá uma espécie de embate entre duas concepções diferentes de sociedade. Ambas, porém, capitalistas. Os 559 constituintes só decidirão com que tipo de capitalismo o País deverá ingressar no terceiro ano da Nova República.

Subtraídos seus vários defeitos, o projeto da Comissão, na avaliação do Diretor do Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte (Ceac) da Universidade de Brasília, João Gilberto Lucas Coelho, poderia ser considerado o reflexo do que se chama de Estado de Bem-Estar Social. Um texto representativo da social-democracia européia. As emendas apresentadas pelo Centrão, articuladas entre si, revelam outra concepção: o capitalismo regido pelas leis de mercado.

Não foram poucos os que se deram ao trabalho de cotejar o texto da Comissão com as emendas do Centrão. A democracia participativa, originalmente prevista, perde, uma vez aprovadas as emendas do grupo, para a democracia exclusivamente representativa. As emendas suprimem muitas inovações a respeito da cidadania e restringem a função social do Estado, da propriedade privada e das empresas. O Centrão também reduz o que chama de excesso de nacionalismo da Comissão.

O confronto entre as duas propostas, nas questões econômicas, aparece já no Título II, dos Direitos Individuais. Enquanto a Comissão subordinou o direito de propriedade ao bem-estar social, à conservação dos recursos naturais e à proteção do meio-ambiente, a emenda do Cen-



trão assegura o direito de propriedade de forma genérica.

No capítulo dos Direitos Sociais, outro conflito. A Comissão assinalou a participação dos empregados nos lucros e na gestão da empresa, conforme lei ou convenção coletiva. O Centrão também garantiu a participação nos lucros, mas, na gestão, só excepcionalmente. Foi retirado o acerto em convenção coletiva.

E no título da Ordem Econômica que ficam mais evidentes as diferenças de concepção. No texto da Comissão, há a garantia de pleno emprego, enquanto para o Centrão deverá haver a busca do pleno emprego. Há basicamente conflitos sobre o domínio do Estado em vários setores da economia e sobre a restrição das atividades do capital estrangeiro no País.

A intervenção do Estado na economia e o monopólio, para a Comissão, só serão permitidos quando necessários para atender aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, definidos em lei.

De acordo com o Centrão, a intervenção no domínio econômico e a exploração direta pelo Estado de atividade econômica só serão permitidas quando comprovadamente necessárias para atender à segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, definidos em lei.

O Centrão suprime o estatuto para regulamentar as relações entre empresa pública, Estado e sociedade, a repressão ao aumento arbitrário de lucro e o artigo 5, que diz que a lei estabelecerá responsabilidade criminal individual dos integrantes da pessoa jurídica, bem como desta, nos crimes contra a ordem econômica e

financeira e a economia popular.

Na atividade rural, a Comissão considera o direito de propriedade da terra correspondente a uma função social. O Centrão responde: "é garantido o direito de propriedade de imóvel rural, cujo uso corresponde a uma função social".

A Comissão previa a desapropriação para reforma agrária com pagamento em títulos da dívida pública. O Centrão acrescentou "pelo justo valor". As benfeitorias serão indenizadas em dinheiro. O "Centrão", porém, suprimiu a expressão "úteis e necessárias" das benfeitorias.

Há diferença também na alienação ou concessão de terra pública. Houve um aumento de 500 para cinco mil hectares, dependendo da aprovação do Senado e não do Congresso, como previa a Comissão.

Temas polêmicos podem ficar no 'buraco negro'

LÚCIO VAZ

BRASÍLIA — Elaborados, negociados e aperfeiçoados durante um ano de intenso trabalho, os artigos sobre os temas polêmicos da Constituinte poderão acabar num profundo "buraco negro", se nenhum grupo conseguir 280 votos para incluir a sua proposta no texto constitucional.

Para evitar isto, o Centrão terá que manter permanentemente os seus integrantes em Brasília, durante dois ou três meses. Já a minoria "progressista" poderá ter no "buraco" uma importante arma para derubar o texto do Centrão.

O líder do PMDB, Mário Covas, preparou cem destes "exocets" para fustigar os "moderados". Mas o Vice-Líder do PT, José Genoíno, lembra que é preciso cuidado na utilização desta arma. Um destaque para votar em separado o texto sobre estabilidade, por exemplo, poderá excluir definitivamente este tema da Constituição, o que será numa perda para os trabalhadores.

As estratégias dos diversos grupos para a votação estão praticamente prontas. Os líderes do Centrão tiveram menos trabalho. Com a preferência para seus substitutos garantida, eles terão que fazer poucos destaques, seja para aperfeiçoar o próprio texto, seja para possibilitar acordos. De resto, é só aprovar os capítulos em bloco, ressalvados os destaques dos "progressistas".

A liderança do PMDB, derrotada no episódio da reforma do Regimento, teve mais trabalho, mas demonstrou que ainda está na luta. Por iro-



Bonifácio: uma arma do Centrão

nia, a estratégia foi montada a partir do Regimento elaborado pelo Centrão. Com os cem destaques, assinados por 196 constituintes, Covas forçará a permanência dos centristas em Brasília.

Numa batalha em que não contará apenas o tamanho de cada grupo ou a força dos argumentos, mas também a adequada exploração dos artifícios regimentais, será muito importante a participação dos chamados regimentalistas. Quem não contar com alguém capaz de encaminhar favoravelmente as votações, principalmente nos momentos mais críticos, estará perdido antes de começar a luta. Mas a Constituinte parece estar bem servida desta categoria.

No Centrão, as principais iniciativas têm sido tomadas pelo Líder do

Governo, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA). Prudente, ele prepara as questões de ordem com antecedência, para que a Mesa esclareça as dúvidas antes do início das votações.

Outro regimentalista destacado no Centrão é o Deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), apesar da discreta atuação em plenário. Muito cuidadoso, ele visitou o Secretário Geral da Câmara, Paulo Afonso, para esclarecer as últimas dúvidas sobre o processo de votação. Mas o grupo conta com o apoio de um elemento externo: o Assessor Parlamentar do Gabinete Civil, Henrique Hargreaves. Ele é chamado sempre que surge a possibilidade de um acordo, pela sua capacidade de aparar as arestas.

No grupo de Covas, o principal regimentalista é o Deputado Nelson Jobim (PMDB-RS). Jobim orientará a liderança do partido na utilização dos destaques para a votação em separado e das emendas apresentada individualmente.

Um dos mais destacados é o Vice-Líder do PT, José Genoíno, mais pela agilidade do que pela sabedoria. Ele é capaz de atrasar uma sessão em algumas horas, quando isto é necessário para a rejeição de uma tese contrária aos seus interesses. Mas também sabe encontrar a saída para impasses que parecem insolúveis.

A esquerda também conta com a experiência do Líder do PCB, Roberto Freire. Depois da reforma do Regimento, foi um dos primeiros a vislumbrar a importância dos destaques para votação em separado. Menos radical, tenta sempre o entendimento com os demais líderes.

Emenda para a reforma agrária pode gerar acordo

BRASÍLIA — Emenda do Deputado Carlos Virgílio (PDS-CE), que impede a desapropriação de terras socialmente produtivas e de pequenas propriedades caracterizadas como fonte de renda e única sustentação de uma família, pode garantir hoje um acordo entre o Centrão e o "Grupo dos 32" para aprovação, em plenário, do capítulo onde se insere a reforma agrária.

O texto da emenda, de número 1986-2, declara insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária, além das propriedades socialmente produtivas, "os pequenos e médios imóveis rurais, definidos em lei, cujos proprietários não possuam outro imóvel rural".

O Deputado José Lins (PFL-CE), do Centrão, considera esse texto bastante próximo ao do seu grupo, cujas lideranças serão consultadas hoje para deliberar formalmente sobre a proposta.

Também hoje o Centrão e o "Grupo dos 32" deverão encerrar negociações em busca de acordo sobre a estabilidade no emprego. As conversações entre os dois grupos, que alcançam outros temas polêmicos da Constituinte, foram interrompidas no sábado devido ao escasso número de negociadores em Brasília, segundo José do Lins.

Hoje, quando as negociações forem retomadas, os dois grupos esperam fixar posição sobre a estabilidade no emprego, já com alguma manifestação de sindicalistas quanto às propostas em exame.

Há grande dificuldade de entendimento entre o Centrão e o "Grupo dos 32" sobre o capítulo referente à Educação. Segundo o Senador Virgílio Távora, dos "32", seu grupo considera a proposta do Centrão "favorável demais à iniciativa privada".

Até ontem foram entregues 248 pedidos de destaques para a votação das emendas ao projeto de Constituição. Apenas 13 constituintes utilizaram o número máximo de pedidos permitido pelo Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte. O plantão de ontem para receber esses pedidos foi praticamente inútil. Apenas cinco destaques foram apresentados.